

Brasil pagará ao Clube de Paris 15% de US\$ 2,6 bilhões devidos

por Cláudia Safatle
de Brasília

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, anunciou ontem a proposta de pagamento que o governo brasileiro fez "de modo unilateral" aos credores reunidos no âmbito do Clube de Paris: serão pagos 15% dos juros e principal da dívida vencida entre 1º de janeiro de 1985 e 30 de abril de 1986, relativa a contratos de financiamentos fechados até o dia 31 de março de 1983. Quanto aos juros que estão com vencimentos previstos a partir do dia 1º de maio passado, como explicou o presidente do Banco Central (BC), Fernão Bracher, "estamos dando condições de transferibilidade a eles".

Os números exatos que essa decisão do governo vai envolver ainda estão sendo calculados pelo BC. A dívida global, entre juros e amortizações, vencida no ano passado, totalizava US\$ 1,912 bilhão e, conforme estimativa do ministro Alvaro Gurgel de Alencar Neto, chefe da assessoria internacional do Ministério da Fazenda, a dívida vencida nos primeiros quatro meses deste ano atingiria cerca de US\$ 700 milhões. A proposta do governo brasileiro é de que desse total — US\$ 2,6 bilhões —, o País pague 15%, o que represen-

taria cerca de US\$ 390 milhões. A parcela restante seria reescalada por um prazo de quinze anos, sendo cinco de carência.

UNILATERAL

"Esta é uma solução unilateral, temporária e parcial", ponderou o ministro Alvaro de Alencar, acrescentando que a expectativa do governo brasileiro é de que os demais governos credores reunidos no Clube de Paris entendam que esse esforço "significa o máximo de pagamentos que o Brasil pode fazer agora, diante das melhorias do balanço de pagamentos". Alguns países já manifestaram ao ministro da Fazenda que aceitam os pagamentos do Brasil sem que o País negocie um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Na entrevista que deu ontem, após a posse do senador Severo Gomes na presidência da Fundação Pedroso Horta, Funaro disse ainda que "não são procedentes" os informações de que os Estados Unidos e a Inglaterra teriam suspendido novos empréstimos de suas agências oficiais ao Brasil até que houvesse um acordo no Clube de Paris.

"Pagamos apenas o que podemos", insistiu o ministro da Fazenda, argumentando que a proposta brasileira reflete a atual capacidade de transferências de

recursos para o exterior, e admitiu a possibilidade de até mesmo rever essa conduta caso o governo sinta que "ela compromete o crescimento econômico do País".

O presidente do Banco Central acredita que esse é "o caminho possível de entendimento com o Clube de Paris" e que "não há nada formalmente feito ainda". A proposta brasileira significa "alguns passos à frente e imaginamos que eles também darão os deles". Como não há um acordo, o governo brasileiro diz que paga os juros a partir de 1º de maio passado, normalmente e integralmente. Quanto às amortizações, o BC continuará depositando-as numa conta no próprio banco, intransferível aos credores até que seja dada uma solução para a negociação.

Indagado sobre a possibilidade de os governos credores não aceitarem a proposta do governo brasileiro de pagar uma parcela dos débitos vencidos e reescalonar os 85% restantes por quinze anos com cinco de carência, o ministro da Fazenda foi sucinto: "Quem não concordar que devolva o cheque".

O ministro Alvaro de Alencar acredita que, com essa alternativa, "que é o máximo de transferências que a nossa economia com-

porta, no momento", retornará o clima de normalidade na relação do governo brasileiro com os governos credores.

REESCALONAMENTO PLURIANUAL

A expectativa do governo brasileiro é de que novas negociações com o Clube de Paris somente ocorram após o governo retomar os contatos com os bancos privados internacionais, credores do Brasil, e com eles negociar um reescalonamento plurianual da dívida externa. O Clube de Paris não abre mão da necessidade de um acordo do Brasil com o FMI e o presidente do BC entende como natural que eles não abram mão de suas premissas. "Hoje essa exigência já não faz sentido e passará a não fazer nenhum se os bancos reescalarem a dívida brasileira sem a intermediação do FMI", pondera uma qualificada fonte do Ministério da Fazenda a este jornal.

Tanto o diretor da Dívida Externa do BC, Antônio de Pádua Seixas, quanto Alvaro de Alencar disseram à editora Maria Clara R.M. do Prado, deste jornal, que não receberam nenhuma comunicação de parte do Eximbank norte-americano com respeito ao congelamento nas linhas de financiamento ao comércio.